



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O crime de tráfico de pessoas

**As insuficiências do artigo 160º do Código Penal à luz do
atual contexto social**

Ana Beatriz dos Santos Ferraz

Mestrado em Direito

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2020



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O crime de tráfico de pessoas

**As insuficiências do artigo 160º do Código Penal à luz
do atual contexto social**

Ana Beatriz dos Santos Ferraz

Mestrado em Direito

Orientação da Prof.^a Doutora Sandra Tavares

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2020

Agradecimentos

Aos meus pais, que sempre me deram liberdade para seguir os meus sonhos. A vida que me permitiram viver é uma dívida tão grande que nunca conseguirei retribuir o suficiente.

Aos meus irmãos, que são os melhores exemplos de bondade e perseverança que poderia ter. São raios de luz no meio da escuridão.

À minha avó, que será sempre a minha morada.

À minha orientadora, a Professora Doutora Sandra Tavares, pela disponibilidade e paciência que sempre demonstrou.

À Senhora Procuradora Filomena Rosado, pela amabilidade com que me recebeu e pela prontidão em ajudar o meu trabalho.

Às minhas amigas, por terem sido a minha casa longe de casa nos últimos anos.

Ao José, por toda a paciência e amor.

Resumo

A presente dissertação surge com o intuito de analisar o tipo legal do crime de tráfico de pessoas e questionar alguns dos seus aspetos. Numa sociedade global e em constante mudança e atualização, cremos ser relevante estudar de que modo a disposição constante do art. 160º do CP está à altura das necessidades atuais.

Sendo inegável o amplo contributo que a *internet* e as redes sociais trouxeram, estes meios informáticos de comunicação foram também benéficos para a prática do crime. Trataremos de analisar de que modo estes meios podem ser utilizados no tráfico de pessoas e qual o enquadramento de tais atos no ordenamento jurídico.

Considerando que a vítima tem vindo a assumir um papel mais preponderante no Direito penal, o nosso estudo incluirá ainda uma reflexão acerca da condição de “especial vulnerabilidade da vítima”, o valor do consentimento da mesma no seu tráfico e exploração e, por fim, o princípio da não punição pelos atos cometidos pela vítima por causa do seu estatuto.

Palavras-chave: Tráfico de Pessoas, Crime Informático, Recrutamento, Era Digital, Vítima, Especial Vulnerabilidade, Consentimento, Princípio da Não Punição.

Abstract

The following dissertation's intention is to analyze trafficking in persons' legal type and to question some of its aspects. In a global society in constant change and update, we believe in the relevance of the study on how the legal text of the article 160º from the Portuguese Penal Code is dealing with the current needs.

Even though the *internet* and social media have brought many benefits, they were also beneficial for crime practise. We will analyze the way that these means can be used in trafficking in persons and the legal framework of such actions in the legal scenario.

Considering the dominant role that the victim has been assuming inside the criminal law, our study will also include a reflection on the “victim's condition of vulnerability”, the value of the consent in his/hers trafficking and exploitation and the principle of non-punishment for acts committed as a victim.

Keywords: Trafficking in Persons, Cybercrime, Recruitment, Digital Era, Victim, Condition of Vulnerability, Consent, Principle of Non-Punishment.

Índice

Lista de siglas e abreviaturas	8
Introdução	10
1. Enquadramento histórico-penal do tráfico de pessoas	13
1.1. A tipificação legal: a versão original <i>versus</i> a versão atual	13
1.2. O requisito transfronteiriço	14
1.3. O enquadramento sistemático	14
1.4. O contexto internacional e a promoção de alterações legislativas	15
2. O tráfico de pessoas em Portugal	18
2.1. O panorama nacional	18
2.2. O cenário comunitário	20
3. O recrutamento na Era digital	21
3.1. A <i>internet</i> e o Direito	21
3.2. O tráfico de pessoas enquanto crime cometido por meios informáticos	22
3.3. Técnicas <i>on-line</i> de recrutamento e aliciamento de vítimas de tráfico de pessoas	23
3.4. O recrutamento enquanto conduta típica do crime de tráfico de pessoas	25
3.5. Os meios típicos do art. 160º n.º 1 do CP	26
3.6. Proposta de alteração legislativa	28
4. A “situação de especial vulnerabilidade da vítima”	31
5. O valor do consentimento da vítima	37
5.1. O consentimento no crime de tráfico de pessoas	38
5.2. O papel da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos	40
6. O princípio da não punição	42
Conclusão	46
Referências bibliográficas	48

Anexo I	53
Anexo II	56

Lista de siglas e abreviaturas

al. – alínea

AR – Assembleia da República

art. – artigo

arts. - artigos

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

GRETA – *Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings*

MP – Ministério Público

n.º - número

n.ºs - números

ONG's – Organizações Não Governamentais

OPC's – Órgãos de Polícia Criminal

OTSH – Observatório do Tráfico de Seres Humanos

p. - página

RAPVT – Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RATSH – Relatório Anual de Tráfico de Seres Humanos

RCOM – Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho

RTSH – Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos

SMTSH – Sistema de Monitorização para o Tráfico de Seres Humanos

SRNVTSH – Sistema de Referência Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TRP- Tribunal da Relação do Porto

UE – União Europeia

UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime*

Introdução

O tráfico de pessoas é uma atividade criminosa antiga que já conheceu o consentimento e a censura. O “tráfico negreiro quatrocentista”¹, um exemplo que nos é próximo, era socialmente aceite e considerado uma mais valia para o crescimento de Portugal uma vez que promovia uma célere exploração das colónias. Felizmente, houve uma mudança de paradigma que se refletiu na proibição do tráfico de pessoas. Esta proibição, no entanto, não impediu que o referido crime proliferasse até aos dias de hoje, surgindo atualmente com uma nova imagem: novos meios de recrutamento, novos meios de transporte, novas formas de controlo e novas finalidades.

Inúmeros têm sido os esforços dirigidos no combate ao flagelo que é o tráfico de pessoas e, por isso, foram surgindo instrumentos jurídicos internacionais que pretendem salvaguardar o reduto dos direitos humanos. Salientamos a Declaração Universal dos Direitos do Homem que, no seu art. 1º, prescreve “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos (...)”, colocando a tónica dos direitos humanos na liberdade e dignidade.

Por não ser possível entender o fenómeno do tráfico de pessoas no contexto atual sem conhecer o passado que o acompanha, começaremos por estudar a evolução do tipo legal do tráfico de pessoas no ordenamento jurídico português e a influência das instâncias comunitária e internacional na promoção de alterações legislativas que permitiram o alargamento do tipo legal.

Seguir-se-á um breve comentário aos números nacionais relativos a vítimas de tráfico de pessoas nos últimos anos, permitindo-nos estudar de que modo os dados têm evoluído. Deste modo, será possível caracterizar a vítima “típica” do tráfico de pessoas atualmente e compará-la com dados de 2008², delineando a trajetória do modelo de vítima procurada pelos agentes criminosos.

De seguida estudaremos o impacto das novas tecnologias no Direito, isto é, de que modo os sistemas informáticos e de comunicação interferem na atividade criminal e, mais concretamente, se alguma das condutas típicas do crime de tráfico de pessoas poderá ser

¹ ROLÃO (*s.d.*)

² A comparação será feita relativamente a dados de 2008 por força da inexistência de dados estatísticos disponíveis anteriores a esta data.

praticada com recurso a estes novos meios. Iremos avaliar o momento do recrutamento, comum a todos os casos de tráfico de pessoas, e o impacto que a era digital pode ter no facilitamento do mesmo.

Este estudo apresenta-se relevante na medida em que tais plataformas digitais invadiram o dia-a-dia das sociedades hodiernas e, fatalmente, servem também como ferramentas para a prática de atividades criminosas. No caso, redes sociais e plataformas *on-line* de procura e oferta de emprego podem ser utilizadas como meios para estabelecer contacto com potenciais vítimas de tráfico e inerente exploração.

Identificada a urgência de combater a prática de crimes através de meios informáticos, nomeadamente o crime de tráfico de pessoas, questionaremos a pertinência de uma alteração legislativa que alargue os meios típicos para a prática do mencionado crime e inclua, claramente, o recurso a meios informáticos de comunicação.

Posteriormente iremos abordar a “situação de especial vulnerabilidade da vítima” tal como prevista na al. d) do n.º 1 do art. 160º do CP. O legislador, ao empregar um conceito relativamente indeterminado, colocou na disposição do intérprete e aplicador do Direito o preenchimento do mesmo. Como adiante veremos, foram sendo várias as tentativas de determinação do conceito realizadas por vários autores e instrumentos jurídicos, não existindo ainda um consenso nesta matéria.

Continuando na análise de aspetos particularmente relevantes do tipo legal, assume-se relevante compreender o valor do consentimento da vítima no direito penal e debater o consentimento no âmbito do crime de tráfico de pessoas. Com isto, pretendemos averiguar se o disposto no n.º 8 do art. 160º do CP é indispensável ou se, diferentemente, era possível alcançar o mesmo objetivo com a mera aplicação do art. 38º do CP.

Segue-se uma análise ao princípio da não punição, a sua previsão na Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos e a sua falta de previsão explícita no sistema penal português.

Durante a investigação que antecedeu a presente dissertação participámos em duas reuniões que inspiraram os temas que seguidamente desenvolveremos. Optámos por abordar o crime de tráfico de pessoas de uma perspetiva prática e, nesse sentido, entendemos que reunir e discutir estas matérias com práticos seria enriquecedor para o trabalho.

Assim sendo, parece-nos benéfico resumir, neste momento, o conteúdo de tais reuniões para enquadrar o leitor. O primeiro encontro teve lugar no Departamento Central de Ação e Investigação Penal com a Procuradora FILOMENA ROSADO³ e com o Inspetor MÁRIO VARELA⁴ do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e foram discutidos os seguintes tópicos: a falta de cooperação das vítimas na investigação do crime de tráfico de pessoas e as inúmeras razões que motivam tal facto; a dificuldade probatória associada ao crime de tráfico de pessoas que resulta, frequentemente, na acusação por crimes conexos e/ou contraordenações de âmbito laboral; a tendência atual de tráfico de menores para obtenção de subsídios que, apesar de ter crescido, ainda não tem reflexos em Portugal, bem como o tráfico de pessoas para extração de órgãos; a condição de vulnerabilidade da vítima; o princípio da não punição por crimes cometidos enquanto vítima e a possibilidade de a *internet* surgir como instrumento para a prática de crimes.

A segunda reunião decorreu na CIG (Delegação do Norte) e teve como interlocutor NUNO GRADIM⁵. O motivo pelo qual reunimos com um membro da CIG prende-se com o facto de tal comissão ter sido responsável pela elaboração do SRNVTSH. Deste encontro retiraram-se conclusões mais próximas da vítima de tráfico de pessoas, tendo sido abordados assuntos como a vulnerabilidade das vítimas (que poderá ter inúmeros fundamentos), o aproveitamento dessas mesmas condições de vulnerabilidade por parte de recrutadores, a “objetificação” da pessoa e as desigualdades sociais que permitem que, de um lado, haja poder de “compra” e, de outro lado, haja necessidade de “venda”. Inclusive, é neste sentido que se expressa EUCLIDES SIMÕES quando caracteriza o tráfico de pessoas como o resultado do “encontro da oferta com a procura”⁶.

Para o leitor que possua interesse em conhecer o conteúdo integral das supramencionadas reuniões, os relatórios das mesmas constam dos anexos I e II da presente dissertação.

³ Procuradora do Ministério Público.

⁴ Inspetor da Unidade Anti Tráfico de Pessoas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

⁵ Técnico jurista da CIG.

⁶ SIMÕES, 2009, p. 2.

1. Enquadramento legal do tráfico de pessoas

O tipo legal do tráfico de pessoas existe, tal como o conhecemos, há quase quatro décadas. Ao longo desse tempo, passou por várias tipificações que acabariam por culminar na extensa redação atual. Dos vários aspetos que poderíamos analisar, optámos por comparar as ações e meios típicos do tipo legal nas suas formulações original e atual, abordar a abolição do requisito da “internacionalidade” do tráfico e explorar a alteração do enquadramento sistemático do tipo legal no CP por entendermos serem os tópicos mais relevantes para o estudo que se seguirá.

1.1. A tipificação legal: a versão original *versus* a versão atual

O crime de tráfico de pessoas estava originalmente tipificado no art. 217º do CP de 1982⁷. Nessa redação esta prevista a aplicação de uma pena de prisão de dois a oito anos e multa até 200 dias para “quem realizar tráfico de pessoas, aliciando, seduzindo ou desviando alguma, mesmo com o seu consentimento, para a prática, em outro país, da prostituição ou de atos contrários ao pudor ou à moralidade sexual.”

A redação atual, vertida no art. 160º do CP, em pouco se assemelha à redação inicial. De facto, o texto legal em vigor consagra uma série de ações (“o aliciamento, o recrutamento, o transporte, a transferência e o acolhimento”), implica o recurso a vários meios (“violência, uso da força, ameaças, ardil, manobra fraudulenta, abuso de autoridade, aproveitamento de especial vulnerabilidade e obtenção do consentimento de quem controla a vítima”) e prevê um vasto leque de finalidades (“exploração sexual, exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas (n.º 1) e “adoção” (n.º 2)). Este último aspeto, entenda-se, as finalidades explorativas do tráfico, contrasta em grande medida com o singular tráfico para fins de exploração sexual previsto na tipificação inicial do tráfico de pessoas.

⁷ Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.

1.2. O requisito transfronteiriço

A formulação original do crime de tráfico de pessoas implicava a prática da prostituição e demais atos “em outro país”, ou seja, exigia-se uma exploração além-fronteiras. Tal exigência atualmente não subsiste, sendo possível enquadrar integralmente no tipo legal casos de tráfico de pessoas em que os países de origem e destino coincidem.

Esta modificação viria revelar-se importante na prática judicial dada a existência de casos de vítimas de tráfico de pessoas de nacionalidade portuguesa que foram exploradas em território nacional. Exemplo disso é a acusação deduzida pelo MP, na Procuradoria da República de Bragança, contra dois arguidos, por terem contratado “um homem sem suporte familiar e em especial condição de fragilidade, para, por conta de ambos, em Alfândega da Fé, servir como pastor, a troco de €100 mensais, tabaco, alimentação e alojamento”⁸, imputando-lhes a prática de um crime de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral.

Este exemplo permite-nos ainda sublinhar a importância da inclusão de diversas finalidades no tipo legal vigente e o necessário alargamento do bem jurídico tutelado foram importantes. Se ainda vigorasse o art. 217º do CP de 1982, não seria possível deduzir acusação pela prática do crime de tráfico de pessoas tendo em conta que a exploração laboral não estava prevista no âmbito das finalidades daquele tipo legal.

1.3. O enquadramento sistemático

Outra diferença entre as duas formulações reside no enquadramento sistemático do tipo legal e, conseqüentemente, do bem jurídico que a norma pretende tutelar. O art. 217º do CP de 1982 encontra-se no Título III “Dos crimes contra valores e interesses da vida em sociedade”, Capítulo I “Dos crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social”, Secção II “Dos crimes sexuais”. Distintamente, a formulação do art. 160º do CP que atualmente criminaliza o tráfico de pessoas enquadra-se no Título I “Dos crimes contra as pessoas”, Capítulo IV “Dos crimes contra a liberdade pessoal”.

Inicialmente considerava-se que o bem jurídico a tutelar era um bem jurídico coletivo, por ser, nas palavras de ANABELA RODRIGUES, “atentatório dos “fundamentos ético-sociais da vida social” ligados aos sentimentos gerais de moralidade

⁸ MP, 2019.

sexual”⁹. Atualmente, o bem jurídico que o tipo legal vigente pretende salvaguardar é a liberdade pessoal. Este bem jurídico, como vimos anteriormente, por prescrição da Declaração Universal dos Direitos do Homem, está simbioticamente ligado à dignidade da pessoa humana, o que nos leva a subscrever as palavras de TAIPA DE CARVALHO quando defende que “a verdade é que este crime de tráfico de pessoas atinge, de forma radical e direta, a dignidade da pessoa humana, ao transformar o corpo da vítima em mero objeto de exploração sexual ou laboral”¹⁰.

Ainda que as diferentes disposições legais, entenda-se, a primária e a vigente, sejam diferentes em inúmeros aspetos, ambas consideram que o consentimento da vítima não exclui a ilicitude do facto, ao contrário do previsto no art. 31º n.º 2 al. d) do CP. Esta temática será devidamente desenvolvida adiante, mas adiantamos que subscrevemos a opção do legislador no que diz respeito a esta matéria.

1.4. O contexto internacional e a promoção de alterações legislativas

Com a entrada no novo milénio, as instâncias europeias e internacionais passaram a incentivar os Estados a agir de um modo mais ativo no combate ao tráfico de pessoas. Neste sentido, começaram a surgir diplomas comunitários e internacionais que inspiraram novas mudanças legislativas nacionais. O Protocolo à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças¹¹ (vulgarmente identificado como Protocolo de Palermo) surge em 2000 e define no seu art. 3º al. a) o tráfico de pessoas como

“O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos.”

⁹ RODRIGUES, 2010, p. 579.

¹⁰ CARVALHO, 2012, p. 678.

¹¹ Resolução da AR nº 32/2004.

Esta definição viria mais tarde a ser adotada na Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos¹² (comumente conhecida como Convenção de Varsóvia) de 2005. Não obstante o CP ter sido alvo de reforma em 2001, não foi adotada esta definição de tráfico de pessoas. Esse objetivo viria a ser cumprido somente com a revisão de 2007 do CP¹³, consubstanciando-se numa “assinalável inovação no que a este tipo de crime diz respeito”¹⁴ pois, “depois dessa revisão, o tipo de crime de tráfico de pessoas (definido no n.º 1 do art. 160º) passou a abranger não só o tráfico destinado à exploração sexual, mas também à exploração laboral e à extração de órgãos e, por isso, passou a estar integrado no capítulo relativo aos crimes contra a liberdade pessoal”¹⁵, daí que o bem jurídico protegido seja, neste momento, a liberdade pessoal e, simbioticamente, a dignidade da pessoa humana.

O art. 160º do nosso CP foi renovado e apresenta-se agora com uma nova formulação, passando a incluir menores como vítimas de tráfico de pessoas no seu n.º 2, punindo a atuação profissional ou intenção lucrativa do agente no seu n.º 3, criminalizando a adoção de vítimas traficadas e a utilização de serviços ou órgãos de vítimas traficadas nos n.ºs 4 e 5 respetivamente e, por fim, o n.º 6 criminaliza a privação de documentos de vítimas. Para além disso, a moldura penal aumentou, passando de dois a oito anos de prisão para três a 10 anos de prisão se a vítima for adulta e, no caso de vítima menor de idade, fixou-se a moldura penal nos três a 12 anos de prisão quando se preenchem os termos do n.º 3.

Quanto aos meios utilizados, sendo a vítima menor de 18 anos, o crime é de execução livre. Diferentemente, no caso de a vítima ser adulta, tratar-se-á de um crime de execução vinculada aos meios descritos no n.º 1 do artigo em apreço, como explica TAIPA DE CARVALHO¹⁶. CONCEIÇÃO CUNHA explica ainda que “para haver consumação, basta que se consuma o aliciamento, recrutamento, entrega...; não é necessário que aquelas finalidades se venham a concretizar”¹⁷, tratando-se de um crime de resultado cortado ou, como prefere TAIPA DE CARVALHO, “de dupla ação”¹⁸.

¹² Resolução da AR nº 1/2008.

¹³ Lei nº 59/2007, de 4 de setembro.

¹⁴ PATTO, 2018, p. 11.

¹⁵ *ibidem*

¹⁶ CARVALHO, 2012, p. 679.

¹⁷ CUNHA, 2017, p. 131.

¹⁸ CARVALHO, 2012, p. 687.

Por fim, a mais recente alteração ao art. 160º do CP ocorreu por força da transposição da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 05 de abril de 2011. Deste modo, a Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto veio incluir o recrutamento no leque de ações típicas do crime de tráfico de pessoas e alargou as finalidades do mesmo, incluindo atualmente a escravidão, a mendicidade e a exploração de atividades criminosas como formas de exploração.

2. Os dados do tráfico de pessoas

2.1. O panorama nacional

Neste momento afigura-se relevante analisar de que modo os números do tráfico de pessoas têm evoluído nos últimos dez anos. Para obter dados verosímeis relativos ao crime em Portugal, socorremo-nos dos RATSH emitidos pelo OTSH que, por sua vez, utilizam, entre outros, os dados contidos nos RASI.

Os dados que se seguem dizem respeito ao número de vítimas sinalizadas em Portugal e no estrangeiro, mas de nacionalidade portuguesa. Antes de avançarmos, entendemos ser importante esclarecer que a sinalização não implica necessariamente a confirmação de práticas criminosas, mas antes a existência de indícios de tráfico de pessoas que serão devidamente recolhidos e utilizados no âmbito do processo penal. A sinalização pode ser feita por OPC's, ONG's, profissionais não especializados no combate e perseguição do tráfico de pessoas (como é o caso de profissionais de saúde, professores e motoristas) ou por qualquer membro da sociedade civil. O processo da sinalização de alegadas vítimas de tráfico de pessoas é feito com base no SRNVTSH, sistema criado para ser utilizado enquanto “ferramenta” de trabalho para todos os agentes que, no dia a dia e no terreno, podem encontrar situações de tráfico de seres humanos, dando assim também cumprimento a diversas recomendações internacionais, nomeadamente do Conselho da Europa”¹⁹.

Em 2008 foram sinalizadas 138 presumíveis vítimas de tráfico de pessoas, sendo a maioria (102) mulheres adultas de nacionalidade brasileira²⁰, havendo “uma clara preponderância de sinalizações de alegadas vítimas a Norte do país (...)”²¹. Esta tendência relativa à nacionalidade da maioria das vítimas manteve-se no ano seguinte, tendo diminuído o número de sinalizações para 79²². Foi em 2010 que começou a alterar-se a vítima “típica” do tráfico de pessoas havendo um total de 35 sinalizações em que as nacionalidades portuguesa e romena assumiam maior destaque²³. De 2012 para 2013 houve um aumento de 269% de sinalizações, havendo 299 presumíveis vítimas de tráfico

¹⁹ SRNVTSH, 2014, p. 5.

²⁰ SMTSH 2008, 2009, p. 11.

²¹ SMTSH 2008, 2009, p. 13.

²² RTSH 2009, 2010, p. 20.

²³ RTSH 2010, 2011, p. 13.

de pessoas, das quais 198 estão relacionadas com o tráfico para fins de exploração laboral, predominando vítimas de nacionalidade romena, tendência que se viria a manter nos anos seguintes. O número de vítimas sinalizadas ascendeu às 264 no ano de 2016²⁴ e desceu em 2017²⁵, ano em que foram sinalizadas 175 vítimas onde as nacionalidades romena, portuguesa e moldava ocupam os três primeiros lugares respetivamente. Por fim, o último relatório disponível diz respeito ao ano de 2018 e revela um ligeiro aumento de vítimas sinalizadas (203), mantendo-se a tendência observada em 2017 a respeito das nacionalidades das alegadas vítimas²⁶.

Nos casos que conhecemos através dos dados analisados, a maioria das vítimas tinha sido traficada para fins de exploração laboral, tendência que havia sido apontada nas reuniões supramencionadas. Tal sucede como consequência de dois fatores: a sazonalidade do trabalho na área da agricultura e a falta de mão-de-obra disponível no mercado de trabalho português. Neste sentido, o Relatório de 2018, “em “País de Destino” foram registadas **81 (presumíveis) vítimas**²⁷, das quais 26 (ou seja, 32,1%) correspondem a uma “**Grande ocorrência**”²⁸, no distrito de Beja, para fins de exploração laboral na agricultura e que envolveu cidadãos nacionais da Moldávia.”²⁹

Daqui se pode extrair o retrato do tráfico de pessoas nos últimos anos em Portugal: se na década passada as vítimas eram sobretudo mulheres oriundas do Brasil que eram exploradas na zona norte do país, havendo “uma regularidade entre vítimas sinalizadas do sexo feminino e o peso de uma alegada situação de exploração sexual (...)”³⁰, atualmente as vítimas são sobretudo do sexo masculino e a exploração laboral nas zonas do interior alentejano assume o lugar de destaque. Assim, é de concluir que estamos perante uma vítima típica diferente, recrutada para ser explorada numa região e setor também diferentes.

²⁴ RATSH 2016, 2017, p. 18.

²⁵ RATSH 2017, 2018, p. 15.

²⁶ RATSH 2018, 2019, p. 13.

²⁷ Negrito do Autor.

²⁸ Negrito do Autor.

²⁹ RATSH 2018, 2019, p. 17.

³⁰ SMTSH 2008, 2009, p. 11.

2.2. O cenário comunitário

Ao nível da UE, dados do Eurostat³¹ de 2018 confirmam a existência de 20532 vítimas de tráfico de pessoas entre os anos de 2015 e 2016. A exploração sexual é a finalidade mais comum do tráfico de pessoas nos países da UE, ao contrário do que sucede em Portugal. Consequentemente, a maioria das vítimas é do sexo feminino dado que a exploração deste género está mais frequentemente associado à exploração sexual, estando o sexo masculino mais ligado à exploração laboral. O mesmo relatório dita que 22% das vítimas eram nacionais do país onde foram exploradas, reafirmando-se a importância da eliminação do requisito transfronteiriço para a punição pelo crime de tráfico de pessoas.

Considerando que os órgãos da UE têm demonstrado iniciativa na luta contra o tráfico de pessoas, nomeadamente com a elaboração da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 05 de abril de 2011, que desencadeou alterações legislativas nos Estados-Membros, é alarmante que o número de vítimas provenientes da UE esteja a aumentar, pois poderá esse aumento ser sintomático de falhas na prevenção e combate do tráfico de pessoas.

É neste sentido que aponta o RCOM 2018 ao defender que “o baixo número de condenações e ações penais, juntamente com o número de vítimas da UE, sugerem que continua a existir a necessidade de intensificar a identificação das vítimas, a investigação, o exercício da ação penal, a recolha e a melhoria do registo de dados, a cooperação transfronteiras e a sensibilização.”³²

Todos os dados que nos permitam ter um conhecimento mais profundo da prática de atividades ilícitas são valiosos, porém, relembra DÂMASO SIMÕES que “trata-se de um campo onde são elevadas as cifras negras, isto é, o desconhecimento das situações reais pelas autoridades ou instâncias formais de controlo”³³. Assim, todos os dados supracitados serão meros indicativos daquelas que serão as realidades nacional e comunitária.

³¹ Doi:10.2837/193237, 2018, p. 18.

³² RCOM, 2018, p. 12.

³³ SIMÕES, 2009, pp. 3.

3. O recrutamento na Era Digital

3.1. A *internet* e o Direito

Corria o ano de 1994 quando a *internet* foi apresentada em Portugal por José Legatheaux³⁴ numa amostra exclusiva para a imprensa. Agora, 26 anos depois, muitos portugueses têm acesso diário à *internet* e redes sociais – fazem parte do nosso dia-a-dia e vieram transformar a forma como comunicamos. Esta “revolução digital” teve repercussões a vários níveis e o plano criminal não ficou de fora – a *internet* e os sistemas informáticos têm vindo a ser utilizados como ferramentas para a prática de ilícitos penais, o que resultou no nascimento de um novo conceito jurídico: o de crime informático ou cibercrime.

O crime informático pode ser entendido em sentido estrito ou em sentido amplo conforme explica TIAGO MILHEIRO:

Existem crimes que apenas podem ser praticados ou cometidos por meio de sistema informático, como sejam os previstos naquela Lei 109/2009 (falsidade informática, dano relativo a programas ou outros dados informáticos, sabotagem informática, acesso ilegítimo, interceptação ilegítima, reprodução ilegítima de programa protegido) e crimes “comuns”, em que um dos meios de ação pode ser (mas não necessariamente) a utilização de sistema informático, nomeadamente através da Internet, como por exemplo, crimes de injúrias, difamação, ameaças, de pornografia de menores, etc.³⁵

O crime cometido por meios informáticos aproveita as características típicas dos crime informáticos. O anonimato é, desde logo, apontado como uma mais valia – com recurso a programas informáticos específicos, é possível ocultar a identidade do perpetrador de crimes e a sua localização. Não obstante, este tipo de ações informáticas requer conhecimentos específicos que o cidadão comum não possui, pelo que o agente criminoso será, à partida, conhecedor ágil dos meios digitais.

Por estar tudo à distância de um clique, todo o crime cometido por meios informáticos usufrui da celeridade característica da *internet* nos dias que correm, sendo este imediatismo altamente apelativo para os agentes criminosos. Outra vantagem frequentemente associada à utilização da *internet* é o seu custo reduzido ou,

³⁴ RIBEIRO, 2009.

³⁵ MILHEIRO, 2014, p. 36.

eventualmente, até nulo dado existirem inúmeras possibilidade de acesso gratuito quer em estabelecimentos privados (pense-se no caso dos cafés e restaurantes) quer em serviços públicos.

Por fim, o agente poderá cometer vários ilícitos sem necessitar de sair do conforto do seu lar e, ainda assim, atingir uma multiplicidade de vítimas que podem ou não estar localizadas em diferentes pontos do globo³⁶. Somadas estas características, é de concluir que a *internet* é, inegavelmente, uma ferramenta muito poderosa à disposição da mente criminosa.

Por ser tão apelativa, a criminalidade cometida com recurso a meios informáticos começou a ocupar um lugar de destaque, preocupando as instâncias comunitárias e nacionais. “Conscientes das profundas mudanças provocadas pela digitalização, pela convergência e pela globalização permanente das redes informáticas”³⁷, o legislador comunitário elaborou a Convenção do Conselho da Europa sobre o Cibercrime adotada a 23 de novembro de 2001 em Budapeste. Este instrumento jurídico contém disposições de direito penal material (arts. 2º a 13), de direito processual (arts. 14º a 22) e disposições relativas à cooperação internacional (arts. 23º a 35º). Em Portugal esta Convenção foi transposta pela Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro, comumente designada como “Lei do Cibercrime”, tendo adaptado as disposições da Convenção sobre o Cibercrime à ordem jurídica interna e atualizado a “Lei da Criminalidade Informática” (Lei n.º 109/91, de 17 de agosto).

3.2. O tráfico de pessoas enquanto crime cometido por meios informáticos

Neste ponto, importa aferir de que modo o crime informático amplamente considerado se relaciona com o crime de tráfico de pessoas. Analisemos então as condutas típicas do crime de tráfico de pessoas determinadas no n.º 1 do art. 160º do CP: a oferta, a entrega, o recrutamento, o aliciamento, a aceitação, o transporte, o alojamento ou o acolhimento de pessoa para fins de exploração.

Ainda que certos atos não possam realizar-se com recurso a meios informáticos como é o caso do alojamento ou acolhimento, outras práticas como a oferta, o recrutamento, o aliciamento e a aceitação podem ser concretizados digitalmente.

³⁶ SYKIOTOU, 2007, p. 22.

³⁷ Parágrafo 5º do Preâmbulo da Convenção sobre o Cibercrime.

Considerando que o recrutamento e a aceitação são condutas típicas do crime de tráfico de pessoas e que tais condutas podem ser praticadas na *internet* e redes sociais, então poderá estar em causa a prática de um crime “comum” com recurso a meios informáticos o que, em si, corresponde ao conceito de crime informático em sentido amplo.

No caso do recrutamento ou aliciamento, torna-se atrativo para o agente criminoso estabelecer contacto com potenciais vítimas através da *internet*, sobretudo através de redes sociais e plataformas de oferta e procura de emprego, por beneficiar de todas as vantagens supramencionadas do crime cometido por meios informáticos.

Também no que concerne à oferta e aceitação podem os meios digitais ser utilizados como facilitadores do crime e, neste sentido, o RCOM 2018, relativamente ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, reconhece que “as vítimas são exploradas na indústria do sexo e do entretenimento, o que é facilitado pelo rápido desenvolvimento tecnológico e pela utilização da Internet para fazer publicidade de serviços e recrutar vítimas”³⁸ e adianta ainda que “os traficantes utilizam a Internet e as redes sociais para recrutar as vítimas, para a logística, para permitir a exploração das vítimas, e como plataforma de comercialização para a prostituição.”³⁹

3.3. Técnicas *on-line* de recrutamento e aliciamento de vítimas de tráfico de pessoas

Por não ser possível abordar todos os atos que consubstanciam o crime de tráfico de pessoas que, em si podem ser realizados através da *internet*, o presente estudo focar-se-á no momento do recrutamento por entendermos ser um flagelo que apresentará um grande crescimento num futuro próximo. Assim, na tentativa de recrutar vítimas com recurso a plataformas digitais, é comum encontrarem-se dois tipos de abordagens: uma proposta de trabalho altamente aliciante ou o surgimento de uma relação amorosa de (alegada) confiança, sendo esta última conhecida como a técnica do *loverboy*.

O “*Global Report on Trafficking in Persons 2018*”⁴⁰ expõe alguns casos reais de recrutamento através da *internet* em que os traficantes aliciavam as vítimas com ofertas de emprego. Concretamente, dois recrutadores terão utilizado uma rede social onde criaram perfis falsos e publicitaram empregos bem remunerados para, deste modo, entrar

³⁸ RCOM, 2018, p. 3.

³⁹ RCOM, 2018, p. 6.

⁴⁰ UNODC, 2018, p. 38.

em contacto com potenciais vítimas que desejassem trabalhar como modelos no estrangeiro. Desta forma, conseguiram recrutar 100 vítimas do sexo feminino que partilharam fotos suas que, mais tarde, foram usadas como elemento de coação para as fazer viajar até um destino escolhido pelos agentes. Chegadas ao destino, foram vendidas a um traficante por 500 dólares e o pagamento foi realizado através de uma aplicação para telemóveis. Assim, “os traficantes nunca conheceram as raparigas e conseguiram facilitar o tráfico online”⁴¹ (tradução nossa). Como conclui o mesmo relatório, “estes casos demonstram como os traficantes inovam e retiram vantagens das novas tecnologias para trabalhar de modo flexível, inclusive estendendo as suas operações além-fronteiras”^{42/43} (tradução nossa).

Este é um caso paradigmático da evolução das plataformas digitais que demonstra como é possível cometer crimes de grande amplitude sem que o criminoso tenha de se mobilizar. Apesar de parecer que esta é uma realidade distante do quotidiano português, não é. Prova disso é o caso julgado no TRP a 14 de maio de 2014⁴⁴ que subscreve a decisão do Tribunal de Primeira Instância de condenar os arguidos pela prática de vários crimes de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e que contém a particularidade do recrutamento ter sido feito através da *internet*. As vítimas, três menores de idade, eram de nacionalidade romena e encontravam-se em Itália, tendo sido transportadas para Portugal com a promessa de um emprego no ramo da hotelaria, porém, já em território nacional, foram forçadas a trabalhar em casas de diversão noturna enquanto prostitutas.

O aliciamento com recurso a promessas de emprego é considerado o mais comum, operando “através do aproveitamento dos seus contextos de vulnerabilidade económica e social”⁴⁵. Este método de recrutamento tanto pode ser realizado com recurso a anúncios nos jornais como através da *internet*. Sucede, pois, que o princípio é o mesmo, porém, a oferta de emprego mediante uso da *internet*, pelo seu imediatismo característico, é mais apelativa e mais adequada para persuadir o público mais jovem que utiliza esta ferramenta quase instintivamente.

Por seu turno, a técnica do *loverboy*, trazida à nossa consideração nas reuniões cujos relatórios constam dos Anexos I e II baseia-se na criação de um vínculo de dependência

⁴¹ “The traffickers never met the girls and were able to facilitate the trafficking online.” (citação original).

⁴² “These cases demonstrate how traffickers innovate and take advantage of new technologies to work in flexible ways, including extending their operations across borders.” (citação original).

⁴³ UNDOC, 2018, p. 39.

⁴⁴ Cfr. Acórdão do TRP de 14-05-2014, processo nº 6/08.1ZRPT.P1.

⁴⁵ SANTOS, 2008, p. 137.

emocional entre a vítima e o agente. Este método, descoberto na Holanda no contexto do tráfico de pessoas, caracteriza-se pela existência de “um jovem rapaz ou um menino que seduz e persuade uma vítima, geralmente uma menina com menos de 18 anos, através de (a promessa de) uma relação amorosa com a vítima, com o objetivo de explorá-la através da prostituição ou de outra forma de exploração.”⁴⁶ “Crianças e jovens ativos/as nas redes sociais da Internet”⁴⁷ são apontadas como pessoas em risco de recrutamento para tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no SRNVTSH, reconhecendo o risco associado à utilização das plataformas digitais por menores. No entanto, pessoas de qualquer faixa etária poderão ser alvo de investidas por parte de recrutadores que tentarão explorar qualquer vulnerabilidade exposta pelo utilizador.

O IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos que se encontra em execução até 2021 prevê que seja atribuída “uma especial atenção às novas formas de recrutamento, nomeadamente através da Internet”⁴⁸, sublinhando mais uma vez a necessidade de analisar com mais detalhe o papel da *internet* no quotidiano criminal. A Resolução do Conselho de Ministros que aprova o supracitado Plano caracteriza Portugal como um país “na vanguarda no combate ao tráfico de seres humanos”⁴⁹, pelo que se presume estar apto a responder aos desafios mais atuais como é, em concreto, o caso das plataformas digitais.

Considerando tudo isto, iremos analisar se o tipo legal do tráfico de pessoas vertido no art. 160º do CP consegue ter o alcance necessário para incluir a prática das condutas típicas através da *internet* ou se, eventualmente, fará sentido a promoção de uma alteração legislativa que atualize o tipo legal, alargando o seu âmbito.

3.4. O recrutamento enquanto conduta típica do crime de tráfico de pessoas

O art. 160º do CP enumera, no seu n.º 1, as diversas condutas típicas que constituem crime de tráfico de pessoas. Estas condutas, legalmente tipificadas em cumprimento do valioso princípio da legalidade, incluem a oferta, a entrega, o recrutamento, o aliciamento, o transporte, o alojamento ou o acolhimento de pessoas com intenção de exploração das mesmas.

⁴⁶ TrafGuID, 2014, p. 26.

⁴⁷ TrafGuID, 2014, p. 27.

⁴⁸ Cfr. Resolução do Conselho de Ministros nº 80/2018.

⁴⁹ *ibidem*

Tratando-se de tráfico de adultos o crime tem execução vinculada aos meios típicos elencados no n.º 1 do referido artigo, pelo que, necessariamente, a conduta terá de ser realizada com recurso a um dos meios enumerados. Consequentemente, o recrutamento de qualquer sujeito com idade superior a 18 anos para fins de exploração terá de ser realizado através de um de tais meios para configurar o crime de tráfico de pessoas.

Na hipótese de o recrutamento ter sido executado mediante o uso da *internet* e demais plataformas digitais, estas têm de ser abrangidas pelos meios típicos, sob pena de não se considerarem preenchidos os requisitos para punir o agente pela prática do facto.

No caso de a vítima ter idade inferior a 18 anos, o crime de tráfico de pessoas é de execução livre, pelo que se prescinde o recurso a qualquer dos meios supramencionados. Não obstante, o n.º 3 do art. 160º do CP prevê uma agravação da moldura penal, fixando a pena máxima de prisão nos 12 anos (distintamente dos 10 anos previstos no n.º 1 do mesmo art.) sempre que a vítima for menor de idade e o agente utilizar os meios listados no n.º 1 do art. 160º do CP ou atuar profissionalmente ou com intenção lucrativa.

TAIPA DE CARVALHO⁵⁰ declara compreender a agravação por força dos meios utilizados por se tratar de um crime de execução livre, mas questiona a pertinência da agravante relacionada com a intenção lucrativa dado que ela é uma característica inerente ao tráfico de pessoas e, por fim, no que concerne à profissionalização do agente, entende que tal agravação poderia ser igualmente aplicável aos casos de tráfico de adultos.

3.5. Os meios típicos previstos no art. 160º n.º 1 do CP

Ora, exatamente porque o crime de tráfico de menores, na sua formulação simples, prescinde dos meios típicos listados no n.º 1 do art. 160º do CP, consideramos ser mais pertinente seguirmos o estudo tendo como ponto de partida a tipificação legal do tráfico de adultos que implica, forçosamente, o recurso aos referidos meios do artigo supracitado.

Elencados no n.º 1 do art. 160º do CP, tais meios são a violência, o rapto ou ameaça grave (al. a)); ardil ou manobra fraudulenta (al. b)); abuso de autoridade que resulte de uma relação de dependência hierárquica, económica, laboral ou familiar (al. c)); mediante aproveitamento de incapacidade psíquica ou de uma situação de especial vulnerabilidade

⁵⁰ CARVALHO, 2012, p. 689.

da vítima (al. d)); e, finalmente, a obtenção do consentimento de quem tem controle sobre a vítima (al. e)).

A al. a) começa com a menção ao uso de violência, violência essa que “tanto pode ser física como psíquica”⁵¹. A doutrina tem vindo a aceitar o alargamento do conceito de violência, afastando a hipótese que faz corresponder a violência apenas à força física. Por sua vez, a referência ao rapto relaciona-se com a previsão legal do crime de rapto do art. 161º do CP, tendo o agente que praticar as condutas típicas aí descritas para se considerar preenchido o meio. Finalmente, relativamente à alusão ao conceito de “ameaça grave” deve ser “atribuído o mesmo significado e âmbito do conceito de “ameaça com mal importante” referida no art. 154º-1”⁵² no entendimento de TAIPA DE CARVALHO.

Quanto à al. b), relativa ao uso de ardil ou manobra fraudulenta, entende-se que o legislador vê como necessária a indução da vítima em erro, pelo que o aproveitamento de um erro da vítima não será suficiente para satisfazer este meio típico. Porém, considera-se existir uma exceção em que o aproveitamento de um erro da vítima configurar crime de tráfico de pessoas – surge nas hipóteses em que sobre o agente recaia um dever jurídico de garante e, assim sendo, “não desfazer o engano (o não esclarecimento) configurará uma omissão à qual é imputável o crime de tráfico de pessoas”⁵³.

Na eventualidade de o agente aproveitar um erro da vítima sem que sobre ele recaia um dever de garante, não haverá, na opinião de TAIPA DE CARVALHO, lugar à sua impunidade e, como tal, a sua conduta não é tolerada pela ordem jurídica, considerando-se que tal conduta constitui crime omissão de auxílio, ato criminalmente punível por força da aplicação do art. 200º do CP⁵⁴. Neste caso, estamos perante uma moldura penal muito diferente da que corresponde ao crime de tráfico de pessoas sendo a punição, concretamente, de pena de prisão até um ano ou pena de multa até 120 dias, contrastando em ampla medida com a pena de prisão de três a dez anos do segundo caso.

No que diz respeito ao “abuso de autoridade” previsto na al. c), exige-se que o poder exercido sobre a vítima seja suficiente para manipular a sua vontade. Nas palavras de TAIPA DE CARVALHO, será necessário que a intervenção do agente “constitua um

⁵¹ CARVALHO, 2012, p. 679.

⁵² CARVALHO, 2012, p. 680.

⁵³ *ibidem*

⁵⁴ *ibidem*

constrangimento ou coação psicológica idónea ou susceptível de levar a vítima a submeter-se à vontade do agente”⁵⁵.

A al. d) menciona dois conceitos distintos – a “incapacidade psíquica” e a “situação de especial vulnerabilidade da vítima”. Ambos os fatores são relativos a características individuais das vítimas que as poderão tornar mais suscetíveis ao aproveitamento por terceiros, daí que o legislador tenha tomado uma posição mais paternalista e, a nosso ver, corretamente, de modo conferir uma proteção mais alargada a pessoas que se encontram, por quaisquer motivos, em situações de maior fragilidade.

A descrição da “situação de especial vulnerabilidade” merecerá um estudo mais aprofundado adiante. Porém, adiantamos que esta noção extravasará o conceito de “pessoa particularmente indefesa, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez” vertido no art. 158º do CP relativo ao crime de sequestro.

Por fim, a al. e) aborda o consentimento da pessoa que tem poderes de controlo sobre a vítima para o seu tráfico e consequente exploração. Este controlo poderá advir de uma relação familiar e ter um fundamento legal, mas este requisito não será condição necessária para o preenchimento do tipo⁵⁶. O único requisito imprescindível, neste caso, será a existência de um controlo efetivo da vítima, controlo este que poderá ser vendido a outrem ou meramente cedido.

3.6. Proposta de alteração legislativa

É notório que o uso de plataformas digitais não consta, letra por letra, dos meios tipificados no art. 160º n.º 1 do CP. Poderá, eventualmente e dependendo necessariamente dos contornos do caso concreto, ser subsumível o recrutamento para fins de exploração realizado através da *internet* e redes sociais à disposição vertida na al. b) do art. 160º do CP que se refere ao uso “de ardil ou manobra fraudulenta”.

A Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos refere, propósito do art. 4 (b) da referida Convenção, nas notas explicativas que

Os responsáveis pelo projeto olharam para o uso das novas tecnologias da informação no âmbito do tráfico de seres humanos. Eles decidiram que a definição de tráfico de seres humanos constante da Convenção incluía o tráfico que implique o uso de novas tecnologias

⁵⁵ *ibidem*

⁵⁶ CARVALHO, 2012, p. 683.

da informação. Por exemplo, a referência ao recrutamento inclui o recrutamento por qualquer meio (oral, através da imprensa ou através da Internet). Assim, considerou-se desnecessária a inclusão de uma previsão legal que aplicasse ao tráfico de seres humanos os acordos de cooperação internacional que constam da Convenção do Cibercrime.⁵⁷ (tradução nossa).

Todavia, somos apologistas de uma alteração legislativa no sentido de alargar os meios previstos para incluir os sistemas informáticos na letra da lei. Os meios ditos “tradicionais” de recrutamento de vítimas para tráfico de pessoas acabarão por ser igualados (ou talvez ultrapassados) pelas novas tecnologias uma vez que, como referimos anteriormente, estas têm associadas inúmeras vantagens e facilidades do ponto de vista do agente criminoso. Inserir esta nova realidade no CP revela-se necessário para acautelar futuras dificuldades de interpretação e enquadramento legal no tipo.

Pensem no crime de pornografia de menores previsto no art. 176º do CP. Este tipo legal foi revisto em 2015, tendo sido aditados os n.ºs 5 e 6 relativos à pornografia de menores através de sistemas informáticos. Esta preocupação surgiu no seguimento de um crescimento exponencial de tais práticas através da *internet* e outros sistemas informáticos.

Indo mais longe, temos ainda o crime de aliciamento de menores para fins sexuais previstos no art. 176º - A do CP, também fruto da revisão de 2015 ao CP. Neste caso, punem-se maiores de idade que, “por meio de tecnologias de informação e comunicação”, aliciam menores para encontros de cariz sexual. Estamos perante um novo tipo legal que surge numa era tecnológica e, por espelhar preocupações atuais, o legislador teve de acautelar tais situações para proteger o bem jurídico em causa.

Ora, quando propomos uma alteração legislativa no que concerne aos meios típicos para o recrutamento e demais condutas que redundam no tráfico de adultos, ampliando o espectro atual para incluir meios informáticos, estamos, em verdade, a propor uma alteração voltada para as necessidades presentes que, certamente, se acentuarão num futuro próximo. A inclusão de uma sexta al. no n.º 1 do art. 160º do CP que acrescente

⁵⁷ “The drafters looked at use of new information technologies in trafficking in human beings. They decided that the Convention’s definition of trafficking in human beings covered trafficking involving use of new information technologies. For instance, the definition’s reference to recruitment covers recruitment by whatever means (oral, through the press or via the Internet). It was therefore felt to be unnecessary to include a further provision making the international-cooperation arrangements in the *Convention on Cybercrime* (ETS No.185) applicable to trafficking in human beings.” (citação original) CONSELHO DA EUROPA, 2005, p. 15.

“com recurso a tecnologias de informação e comunicação”, formulação que é já familiar do legislador, virá acautelar situações iminentes e que, de outra forma, poderão não ser enquadradas em nenhum dos meios típicos já previstos no n.º 1 do art. 160º do CP.

Esta nova al., à semelhança das restantes que compõe o n.º 1 do art. 160º do CP, funcionaria como circunstância agravante nos casos em que as vítimas do tráfico de pessoas fossem menores de idade, por força do disposto no n.º 3 do art. 160º do CP. Deste modo, seguir-se-ia as tendências nacionais e internacionais de punir criminalmente com maior veemência os agentes que atuem relativamente crianças através de plataformas digitais.

4. A “situação de especial vulnerabilidade da vítima”

O n.º 1 do art. 1º do CP consagra o princípio da legalidade, nuclear do nosso direito penal, segundo o qual “só pode ser punido criminalmente o facto descrito e declarado passível de pena por lei anterior ao momento da sua prática”. Nas palavras de FIGUEIREDO DIAS, “**não pode haver crime, nem pena que não resultem de uma lei prévia, escrita, estrita e certa** (*nullum crimen, nulla poena sine lege*)”⁵⁸.

Os conceitos indeterminados, por sua vez, são fórmulas utilizadas pelo legislador para incluir um amplo espectro de situações sem precisar de as enumerar. Assim, o legislador deixa para o intérprete e aplicador do Direito a função de preencher tais conceitos, sendo crucial que se mantenha imaculado o espírito da lei, não podendo o mesmo ser ultrapassado. Esta opção legislativa tem, no entanto, uma convivência atribulada com o princípio da legalidade. Por isso, a Revisão de 1995 ao CP considerou “a mais importante alteração reside no abandono do modelo vigente de recurso a conceitos indeterminados ou cláusulas gerais (...). Desta forma, pretende-se potenciar uma maior segurança e justiça nas decisões.”⁵⁹

Ainda que o legislador tenha trabalhado para a eliminação de conceitos indeterminados no CP, eles ainda existem, por exemplo, no tipo legal do crime de homicídio qualificado, constante no art. 132º do CP, que, no seu n.º 1, contém a expressão “circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade”⁶⁰.

Também no art. 160º do CP, disposição que contém o tipo legal do crime de tráfico de pessoas, encontramos um conceito indeterminado – a “situação de especial vulnerabilidade da vítima” constante da al. d) do n.º 1. Esta é, como esclarece TAIPA DE CARVALHO, uma vulnerabilidade absoluta “que resulta da situação em que a vítima se encontra, e que, por isso, pode ser aproveitada por qualquer pessoa”⁶¹, categorizando o crime cometido pelos meios descritos na al. d) como um crime comum. Distintamente, a al. c) do mesmo art. retrata uma vulnerabilidade relativa uma vez que resulta de diversas

⁵⁸ DIAS, 2012, p. 177. Negrito do Autor.

⁵⁹ Cfr. Decreto-Lei nº48/95, de 15 de março, Ponto 7.

⁶⁰ Neste caso, o legislador entendeu ser vantajoso recorrer à técnica dos exemplos-padrão, enumerando no n.º 2 do art. 132º do CP situações que poderão revelar especial censurabilidade ou perversidade, sendo certo que a lista não é taxativa, mas antes exemplificativa.

⁶¹ CARVALHO, 2012, p. 681.

dependências da vítima (familiares ou laborais) e que somente poderão ser aproveitadas por agentes concretamente determinados, resultando assim num crime específico.

A “situação de especial vulnerabilidade da vítima” identificada pelo legislador é, simultaneamente, um elemento do tipo legal de tráfico de adultos previsto no art. 160º n.º 1 al. d) do CP, uma circunstância agravante do crime de tráfico de menores descrita no art. 160 n.º 3 do CP e uma circunstância agravante do crime de lenocínio de menores disposta no art. 175º n.º 2 al. e) do CP. No entanto, poderá este conceito ser entendido com diferentes amplitudes nos inúmeros possíveis cenários.

Esta dificuldade de concretização e determinação do conceito de “situação de especial vulnerabilidade” tem necessariamente efeitos a nível prático. Nesse sentido, foram apontadas as dificuldades sentidas pelos atores da cena criminal num estudo desenvolvido por MATOS e MAIA, de onde acreditamos ser relevante salientar o seguinte testemunho em concreto:

O enquadramento da condição de especial vulnerabilidade pode referir-se ao facto de, maioritariamente, as vítimas serem provenientes de meios socio-económicos precários, terem problemas de alcoolismo, problemas cognitivos. No entanto, há magistrados que consideram a especial vulnerabilidade de acordo com a idade, situação de gravidez, por exemplo, tornando o conceito muito redutor do que é a efetiva vulnerabilidade das vítimas⁶².

Há quem faça corresponder a “especial vulnerabilidade da vítima” do crime de tráfico ao conceito de “pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez” do art. 158º n.º 2 al. e) do CP⁶³.

Não obstante, parece-nos redutor este entendimento por, potencialmente, deixar de parte situações de vulnerabilidade que não se relacionam diretamente com esses fatores. Pensemos, por exemplo, nos casos em que as vítimas auferem rendimentos muito inferiores aos impostos pela legislação laboral nacional, mas que se veem forçados a aceitar essa exploração por permitir acautelar as necessidades económicas das suas famílias. Assim, entendemos que a dependência económica terá, necessariamente, de estar incluída no conceito de “situação de especial vulnerabilidade”.⁶⁴

⁶² MATOS e MAIA, 2015, p. 71.

⁶³ CARVALHO, 2012, p. 683.

⁶⁴ Neste sentido, versa o art. 152º n.º 1 al. d) do CP, relativo ao crime de violência doméstica, acrescenta ainda a dependência económica como fator promotor de indefesa.

Para além disso, a aceitar tal perspetiva, de que a vulnerabilidade se mede (não só, mas também) pela idade da vítima, o próprio tipo legal de tráfico de pessoas acabaria por perder coerência. Tal sucede porque o crime de tráfico de menores é um crime de execução livre, prescindindo da utilização dos meios descritos no n.º 1 do art. 160º do CP, no entanto, o n.º 3 desse mesmo art. consagra a agravação do crime de tráfico de menores sempre que se utilizem tais meios. Se considerarmos que a menoridade é um elemento constituinte da “situação de especial vulnerabilidade da vítima”, ela será considerada para fins de agravação da pena ao abrigo do n.º 3 do art. 160º do CP. Ora, se a menoridade é já um elemento do crime de tráfico de menores, não será logicamente aceitável que a agravação ocorra por força do mesmo elemento.

Uma vez clarificada esta questão, é tempo de averiguar qual será então o significado ou amplitude da “situação de especial vulnerabilidade da vítima”, tendo como instrumentos de estudo vários instrumentos legislativos internacionais e disposições de direito interno de vários países europeus.

O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças define, no seu art. 3º al. a), o conceito de tráfico de pessoas e salienta, na al. b), que o consentimento prestado pela vítima deverá ser considerado irrelevante se tiverem sido utilizados os meios da al. a), dos quais consta “abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade”. Para PEDRO VAZ PATTO, “esse aproveitamento e essa vulnerabilidade tornam inautêntico tal consentimento como manifestação de liberdade”⁶⁵.

A Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de abril de 2011 procurou delimitar a “posição de vulnerabilidade” enquanto “uma situação em que a pessoa não tem outra alternativa, real ou aceitável, que não seja submeter-se ao abuso em causa.”⁶⁶ A referência a uma alternativa “real ou aceitável” remete-nos para o campo daquilo que será razoável exigir ou aceitar de outrem. De resto, considerou este instrumento legal que a vulnerabilidade da vítima pode incluir fatores como o sexo, a gravidez, o estado de saúde e a deficiência⁶⁷.

⁶⁵ PATTO, 2008, p. 182.

⁶⁶ Cfr. art. 2º nº 2.

⁶⁷ Cfr. Considerando (12) da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de abril de 2011.

Mais tarde, em 2012, surgiu a Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de outubro de 2012 com o intuito de estabelecer as normas mínimas relativas aos direitos, apoio e proteção de vítimas de criminalidade. No contexto de uma avaliação individual das vítimas para identificação das suas necessidades específicas de proteção, numa lista que inclui as vítimas de crime de tráfico de pessoas, o legislador comunitário apontou a dependência da vítima face ao agente autor do crime como um fator de vulnerabilidade, entendendo que “deve ser dada particular atenção (...) às vítimas cuja relação e dependência ao autor do crime as tornem particularmente vulneráveis.”⁶⁸

Ao nível das ordens jurídicas de diferentes países europeus, têm sido várias as tentativas de definir o conceito de “posição de vulnerabilidade”. Na Alemanha, o art. 233º do CP fala em “aproveitamento de uma situação de abandono ou necessidade decorrente da permanência num país estrangeiro”⁶⁹. No Reino Unido, o “abuso de vulnerabilidade” é definido como “uma situação em que a vítima é solicitada ou incitada a exercer uma atividade em razão de uma sua doença física ou mental, de uma deficiência, da sua juventude, ou da sua relação familiar com outra”⁷⁰. Um estudo desenvolvido na Suécia aponta que vítimas de guerras ou desastres naturais que se viram forçadas a sair da sua terra natal são mais facilmente explorados dada a sua extrema vulnerabilidade⁷¹, daí que este fator merecesse consideração na determinação do grau de vulnerabilidade das vítimas. Finalmente, o Luxemburgo apresenta uma definição bastante completa de “abuso de vulnerabilidade”, considerando-o “como o “aproveitamento de uma particular vulnerabilidade da vítima, tal como a sua situação administrativa ilegal ou precária, a gravidez, a doença ou a deficiência física ou mental”.”⁷²

O Protocolo supramencionado tem um papel importante no esclarecimento da irrelevância do consentimento da vítima quando se encontra numa “situação de especial vulnerabilidade” pois, como afirma VAZ PATTO, “independentemente do tipo de vulnerabilidade em questão, há situações que se aceitam só por causa dessa vulnerabilidade e nunca seriam aceites se essa vulnerabilidade não se verificasse.”⁷³ Mais ainda, o Autor acrescenta que “salvo circunstâncias muito excecionais, nunca ninguém aceitaria um trabalho ou atividade em condições contrárias à dignidade da pessoa humana

⁶⁸ Cfr. art. 22º nº 2.

⁶⁹ PATTO, 2008, p. 185.

⁷⁰ PATTO, 2008, p. 186.

⁷¹ SIMÕES, 2009, p.7.

⁷² PATTO, 2008, p. 186.

⁷³ PATTO, 2008, p. 189.

se pudesse decidir em plena liberdade e não se encontrasse numa situação de vulnerabilidade que afeta ou anula essa liberdade.”⁷⁴

Em Portugal, existem breves referências ao conceito de “especial vulnerabilidade” em legislação avulsa. Note-se, a título de exemplo, o art. 2º al. b) da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho, que consagra como objetivo específico da política criminal do biénio de 2009-2011 “promover a proteção de vítimas especialmente vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes, mulheres grávidas e pessoas idosas, doentes, deficientes e imigrantes”. Já o art. 2º al. y) da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, vai mais longe ao definir as pessoas particularmente vulneráveis como

“pessoas com necessidades especiais, designadamente os menores, os menores não acompanhados, os deficientes, os idosos, as grávidas, os membros de famílias monoparentais com filhos menores e as pessoas que tenham sido sujeitas a atos de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual”.

No âmbito da criminalização da violência doméstica, têm sido direcionados esforços no sentido de definir “vítima especialmente vulnerável” de modo suficientemente amplo para acautelar múltiplas situações. É neste sentido que o art. 2º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro considera vítima especialmente vulnerável

a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua diminuta ou avançada idade, do seu estado de saúde ou de o facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social.

Relativamente ao tráfico de pessoas, a única disposição que relaciona a especial vulnerabilidade das vítimas com o crime tipificado no art. 160º do CP encontra-se no III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017, coordenado pela CIG, onde se prescreve que “a vulnerabilidade das vítimas, a qual está associada, na esmagadora maioria das vezes, a situações de pobreza e de desigualdade de oportunidades, assume um grau maior de severidade nas mulheres e raparigas, uma vez que outras causas de discriminação atingem estes grupos, como são os casos, entre outros, da violência de género, dos reduzidos níveis de escolaridade ou da exclusão social.

Neste sentido e considerando todo o exposto até ao momento, consideramos ser criticável o modo superficial como o legislador abordou a “situação de especial

⁷⁴ PATTO, 2008, p. 190.

vulnerabilidade da vítima” do crime de tráfico de pessoas. Tal expressão pode e deve ser trabalhada de modo a esclarecer o intérprete e aplicador do Direito da sua extensão. Para tal, sustentamos a opinião de que utilizar o método dos exemplos-padrão para estabelecer padrões constitutivos ou demonstrativos de vulnerabilidade seria uma solução adequada ao problema em apreço.

5. O valor do consentimento da vítima

O art. 38º do CP dispõe acerca do consentimento, da sua forma e da sua admissão. Assim, começa o seu n.º 1 por esclarecer que o consentimento da vítima poderá excluir a ilicitude do facto. Para isso, considera-se necessário que os interesses jurídicos em causa sejam livremente disponíveis e que tal facto não ofenda os bons costumes. Além disso, este número prevê que o consentimento da vítima não tenha valor quando a lei assim o ditar, estipulando deste modo quais os casos em que a previsão do art. 38º do CP se aplica.

O n.º 2 do referido artigo admite que o consentimento adquira qualquer forma, escrita ou oral, desde que expresse “uma vontade séria, livre e esclarecida” daquele que possui o interesse jurídico em causa. Menciona também a possibilidade de revogação do consentimento prestado até ao momento da execução do facto anteriormente consentido.

No número seguinte contempla o imperativo da liberdade do consentimento, atribuindo-se eficácia apenas ao consentimento prestado por quem tiver idade superior a 16 anos e, cumulativamente, “possuir o discernimento necessário para avaliar o seu sentido e alcance no momento em que o presta”. Por fim, no n.º 4 determina que o consentimento não conhecido pelo agente implica a sua punição por tentativa.

Considerando isto, coloca-se a questão de saber como é que um bem jurídico que o legislador considerou merecedor de tutela penal pode ver essa proteção afastada com base na prestação de consentimento da vítima na lesão do bem jurídico em causa. Neste sentido, esclarece TAIPA DE CARVALHO que “o fundamento do consentimento, como causa de exclusão da ilicitude, é o princípio da **autonomia ou autodeterminação individual**”⁷⁵. Deste modo, é admissível que um sujeito consinta em determinadas lesões a bens jurídicos que se encontram na sua esfera jurídica em prol da sua liberdade, desde que preenchidos os requisitos supramencionados e, saliente-se, na hipótese da dita lesão não ser contrária aos bons costumes.

⁷⁵ CARVALHO, 2016, p. 451. Negrito do Autor.

5.1. O consentimento no crime de tráfico de pessoas

O art. 160º do CP prevê explicitamente no seu n.º 8 que “o consentimento da vítima dos crimes previstos nos números anteriores não exclui em caso algum a ilicitude do facto.” Significa isto que, mesmo com o consentimento da vítima, a oferta, a entrega, o recrutamento, o aliciamento, a aceitação, o transporte, o alojamento ou o acolhimento que ocorra mediante o emprego de qualquer um dos meios previstos no n.º 1 do art. 160º do CP continua a constituir prática ilícita e penalmente punível. Deste modo, o legislador quis evitar que o consentimento da vítima atuasse como uma causa de exclusão da ilicitude das condutas típicas que configuram o crime de tráfico de pessoas.

Não obstante, esta previsão legal não deverá ser tida como indispensável, ou seja, poderia considerar-se a mesma como prescindível. Tal sucede porque a aplicação do art. 38º do CP resultaria na produção de um resultado semelhante, para não dizer exatamente igual.

Vejamos: o bem jurídico que o tipo legal do tráfico de pessoas tutela é a liberdade pessoal, facto que é indiciado pela localização sistemática do crime em análise no capítulo relativo aos crimes contra a liberdade pessoal. Sucede que a liberdade pessoal não é um bem jurídico disponível, nem o será a dignidade da pessoa humana apontada por TAIPA DE CARVALHO⁷⁶ como sendo o bem jurídico a tutelar. Neste seguimento, havendo um bem jurídico indisponível, a mera aplicação do art. 38º n.º 1 do CP é bastante para impedir a atuação do consentimento da vítima como fator de exclusão da ilicitude do facto. Portanto, mediante recurso ao art. 38º do CP seria possível salvaguardar esta situação.

Não bastando este argumento, podemos ainda apontar o critério da não contrariedade dos bons costumes. Como referimos anteriormente, o facto consentido não poderá ser ofensivo dos bons costumes por força da aplicação do disposto no art. 38º n.º 1 *in fine*. A este respeito, entende FIGUEIREDO DIAS que

O facto consentido constitui ofensa aos bons costumes sempre que (mas só quando) ele possui uma **gravidade** e (sobretudo) uma **irreversibilidade** tais que fazem com que, nestes casos, apesar da disponibilidade do bem jurídico, a lei valore a sua lesão mais altamente do que a auto-realização do seu titular.⁷⁷

⁷⁶ CARVALHO, 2012, p. 686.

⁷⁷ DIAS, 2012, p. 481. Negrito do Autor.

Por seu turno, o legislador apontou, no art. 149º n.º 2 do CP relativo ao consentimento no âmbito do crime de ofensas à integridade física, critérios para aferir da contrariedade dos bons costumes. São eles “os motivos e os fins do agente ou do ofendido, bem como os meios empregados e a amplitude previsível da ofensa”.

Quer se siga a perspectiva de FIGUEIREDO DIAS, considerando existir ofensa aos bons costumes quando o desvalor da lesão é de tal modo grave e irreversível que não pode admitir-se como mais valiosa a liberdade do agente; quer se aceite o critério do legislador que utiliza os motivos e fins do ato como medidas da ofensa aos bons costumes, é da nossa opinião que o tráfico de pessoas realizado com a intenção de as explorar é um ato contrário aos bons costumes.

A exploração sexual, o trabalho forçado, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a prática forçosa de atividades criminais consideradas no âmbito do tráfico pessoas pressupõe a mercantilização da ser humano e a anulação dos seus direitos em prol do enriquecimento de outrem. É com base neste facto que consideramos tratar-se uma prática criminosa que lesa bens jurídicos indisponíveis e contraria os bons costumes, factos inadmissíveis num Estado de Direito.

Como tal, entendemos que o disposto no art. 38º n.º 1 do CP, “o consentimento exclui a ilicitude do facto quando se referir a interesses jurídicos livremente disponíveis e o facto não ofender os bons costume”, seria suficiente obstar que o consentimento da vítima excluísse a ilicitude do facto.

Prosseguindo com a análise e debruçando-nos agora sobre o disposto no n.º 2 do art. 38º do CP, é explícita a exigência de uma “vontade séria, livre e esclarecida”. Com base neste requisito seria igualmente possível travar a valoração do consentimento da vítima de tráfico de pessoas no seu próprio tráfico e consequente exploração. Sucede que, genericamente falando, se uma pessoa consente no seu próprio tráfico e exploração, fá-lo-á por graves carências económicas, familiares, psicológicas e/ou psiquiátricas – nunca a vontade será livre se se encontra condicionada por estes fatores.

É neste contexto de irrelevância do consentimento da vítima de tráfico de pessoas que entendemos ser relevante a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos que a seguir abordaremos⁷⁸.

⁷⁸ Ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 9/2008, de 14 de janeiro.

5.2. O papel da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos

Dita o art. 4º al. b) da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos que o consentimento dado pela vítima de tráfico de seres humanos para a exploração consequente deve ser entendido como irrelevante quando tiver sido utilizado um dos meios enumerados na al. a) do mesmo artigo. Tais meios vão desde a “ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa com autoridade sobre outra”⁷⁹.

Apesar deste instrumento jurídico internacional ter surgido em 2005, foi somente em 2013 que o legislador nacional transpôs para a ordem jurídica interna, nomeadamente para o tipo legal do crime de tráfico de pessoas, a irrelevância do consentimento prestado pela vítima para a sua exploração.

A respeito do consentimento, dizem as notas explicativas da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos que:

A questão do consentimento é que não é simples nem fácil determinar quando a autodeterminação acaba e o constrangimento começa. No tráfico, algumas pessoas não sabem o que as espera, enquanto outras estão perfeitamente conscientes que, por exemplo, vão ingressar na prostituição. No entanto, alguém pode desejar emprego e possivelmente estar disposto a prostituir-se, não significando isso que consentem ser submetidos a todo o tipo de abusos. Por esse motivo, o artigo 4 (b) prevê que exista tráfico de pessoas independentemente da vítima ter consentido na sua exploração.⁸⁰ (tradução nossa).

A título conclusivo, entendemos esta formulação, ao prever clara e explicitamente que o consentimento da vítima não exclui a ilicitude dos factos, permite atribuir uma proteção de nível superior às vítimas do crime de tráfico de pessoas e, assim, impedir qualquer impunibilidade dos autores do crime. No entanto, como esclarecemos

⁷⁹ Cfr. art. 4º al. a) da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos.

⁸⁰ “The question of consent is not simple and it is not easy to determine where free will ends and constraint begins. In trafficking, some people do not know what is in store for them while others are perfectly aware that, for example, they will be engaging in prostitution. However, while someone may wish employment, and possibly be willing to engage in prostitution, that does not mean that they consent to be subjected to abuse of all kinds. For that reason Article 4(b) provides that there is trafficking in human beings whether or not the victim consents to be exploited.” (citação original), CONSELHO DA EUROPA, 2005, p. 17.

anteriormente, não seria estritamente necessário fazê-lo uma vez que o nosso CP contemplava uma solução igualmente válida no seu art. 38º. Neste caso, podemos concluir que o legislador terá ido mais longe do que seria, efetivamente, necessário para proteger a suscetível posição da vítima.

6. O princípio da não punição

Ao analisar a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, um dos principais instrumentos jurídicos comunitários no âmbito da luta contra o tráfico de pessoas, deparámo-nos com o princípio da não punição das vítimas de tráfico de pessoas, vertido no art. 26º, e segundo o qual “cada uma das Partes deverá prever, em conformidade com os princípios fundamentais do seu sistema jurídico, a possibilidade de não aplicar sanções às vítimas por terem participado em atividades ilícitas desde que a tal tenham sido obrigadas.”

Por sua vez, a Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, deu continuidade a este entendimento, prescrevendo no seu art. 8º que

Os Estados-Membros devem, de acordo com os princípios de base do respetivo sistema jurídico, tomar as medidas necessárias para garantir que as autoridades nacionais competentes tenham o direito de não instaurar acções penais ou de não aplicar sanções às vítimas de tráfico de seres humanos pela sua participação em atividades criminosas que tenham sido forçadas a cometer como consequência direta de estarem submetidas a qualquer dos atos referidos no artigo 2º.

Os fundamentos alegados no considerando (14) da citada Diretiva a favor da não punição das vítimas de tráfico são a salvaguarda dos direitos humanos, a redução de probabilidade de surgir uma vitimização secundária e o incentivo ao testemunho no decorrer do processo penal contra os agentes do crime.

O princípio da não punição não é uma “carta em branco” que garante a impunidade pela prática de qualquer crime por vítimas de tráfico de pessoas. Ao invés, pretende salvaguardar as vítimas que, por causa da sua condição de exploração, se viram forçadas a cometer crimes.

Está em causa um amplo catálogo de crimes que podem ir desde crimes contra a vida em sociedade (como é o caso da falsificação de documentos prevista art. 256º do CP) à prática de crimes contra as pessoas (por exemplo o homicídio tal como tipificado no art. 131º do CP) ou contra o património (pense-se no caso do furto ou roubo, crimes previstos nos arts. 203º e 210º do CP respetivamente). Tal poderá suceder nos casos de tráfico de pessoas para a exploração de atividades criminosas que, de acordo com o

SNRVTSH, terá como potenciais vítimas pessoas que tenham estado envolvidas em atividades criminosas voluntariamente, sendo o seu passado explorado e utilizado como instrumento de coação à prática de novos ilícitos criminais⁸¹.

No seguimento da Diretiva supramencionada, têm vindo a ser elaborados relatórios que acompanham a sua transposição para os ordenamentos jurídicos dos Estados-Membros. O RCOM2016 esclarece que “a diretiva deixa ao critério das autoridades competentes decidir sobre a forma de regulamentar, a nível nacional, a possibilidade de não instaurar ações penais nem aplicar sanções.”⁸² Pelo que alguns Estados-Membros optaram por fazer uma referência explícita ao princípio da não punição das vítimas de tráfico de pessoas, “enquanto outros preveem a não instauração de ação penal a uma pessoa que foi forçada, ameaçada ou coagida a cometer um ato criminoso”⁸³, como é o caso português.

Já o RCOM2018 refere que as informações prestadas são bastante limitadas no que diz respeito à transposição do princípio da não punição, salientando particularmente o facto de “as vítimas de tráfico para exploração sexual e para atividades criminosas forçadas correm um risco elevado de serem punidas por crimes que foram forçadas a cometer”⁸⁴, salientando a necessidade de o princípio da não punição estar previsto nestes casos.

O MP, por seu turno, emitiu um documento com um conjunto de diretrizes e princípios, recomendando a sua utilização no combate e perseguição ao crime de tráfico de pessoas. Desse documento se extrai a recomendação da aplicação do princípio da não punição, aconselhando o Estado português a “assegurar que as pessoas vítimas de tráfico não sejam perseguidas judicialmente por violação das leis de imigração ou pelas atividades em que estejam envolvidas como consequência direta da sua situação de vítimas de tráfico.”⁸⁵

Em Portugal, o SNRVTSH contempla o princípio da não punição da vítima de tráfico de pessoas por crimes cometidos no âmbito da sua exploração, salientando a

⁸¹ SNRVTSH, 2019, p. 40.

⁸² RCOM2016, 2016, p. 7.

⁸³ *ibidem*

⁸⁴ RCOM2018, 2018, p. 11.

⁸⁵ MP, 2002, p. 5.

importância de sinalizar tais vítimas para evitar que sejam tratadas como criminosas. Neste sentido,

A sinalização de uma presumível vítima irá protegê-la da acusação ou punição por atividades criminosas que esta tenha sido obrigada a cometer como consequência direta de ser alvo de tráfico. Após uma pessoa ter sido tratada erroneamente como um/a criminoso/a, é muito mais difícil identificá-la como presumível vítima.⁸⁶

No entanto, por mais relevante que o SNRVTSH seja na qualificação de profissionais que têm contacto com o crime de tráfico de pessoas, ele não é um instrumento jurídico, pelo que não existe atualmente em Portugal a consagração do princípio da não punição das vítimas de tráfico de pessoas, o que contraria as recomendações comunitárias formuladas nesse sentido.

O grupo GRETA, num relatório relativo à implementação da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, salienta a falta de previsão legal que verse sobre o princípio da não punição relativamente às vítimas de tráfico de pessoas. Ademais,

de acordo com as autoridades judiciais, uma vítima de tráfico que participou em atividades ilegais deve ser acusada de acordo com o princípio da legalidade (art. 219º da Constituição). As autoridades portuguesas, ainda assim, indicaram que, genericamente falando, a aplicação de uma pena pressupõe que o agente atuou em total liberdade e consciência de modo a alcançar um resultado conhecido e desejado. Assim, não existe pena na ausência de livre arbítrio.⁸⁷ (tradução nossa).

No mesmo relatório, o grupo GRETA demonstra preocupação com a ausência de previsão legal que assegure o cumprimento do princípio da não punição uma vez que a situação atual poderá permitir que os casos sejam tratados de formas diferentes, dependendo a acusação da vontade do procurador⁸⁸.

A resposta portuguesa foi no sentido de apontar a existência de vários mecanismos que cumprem a mesma função a que o princípio da não punição se propunha, apontando

⁸⁶ SNRVTSH, 2019, p. 18.

⁸⁷ “According to the judicial authorities, a victim of trafficking who has taken part in unlawful activities must be prosecuted in accordance with the principle of legality (Article 219 of Constitution). The Portuguese authorities have nevertheless indicated that, generally speaking, the application of a criminal penalty presupposes that the offender acted in complete freedom and conscience in order to achieve a known and desired result. There is therefore no penalty in the absence of free will.” (citação original). GRETA, 2013, p. 40.

⁸⁸ GRETA, 2013, p. 41.

o art. 280º do CPP relativo ao arquivamento em caso de dispensa de pena e o art. 281º do CPP que regula a suspensão provisória do processo, bem como o art. 35º do CP que prevê estado de necessidade desculpante^{89/90}.

Ainda assim, a mais recente recomendação feita pelo Comité das Partes sobre a implementação da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos reforça a necessidade crescente de garantir proteção à vítima do crime de tráfico de pessoas que se viu forçada, pela sua condição de vítima, a praticar atos ilícitos e, como tal, pede que sejam tomadas

medidas adicionais para garantir o cumprimento do princípio da não punição das vítimas de tráfico de pessoas pelo seu envolvimento em atividades ilegais que foram forçados a realizar, tal como dispõe o artigo 26º da Convenção, incluindo a adoção de medidas legais específicas e/ou o desenvolvimento de diretrizes para agentes policiais e procurados no âmbito da previsão da não punição⁹¹ (tradução nossa).

⁸⁹ Cfr. Relatório submetido pelas autoridades portuguesas no seguimento da segunda ronda de avaliação sobre as medidas implementadas no âmbito da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos.

⁹⁰ CONSELHO DA EUROPA, 2018, p. 5.

⁹¹ “(...) measures to ensure compliance with the principle of non-punishment of victims of human trafficking for their involvement in unlawful activities, to the extent that they were compelled to do so, as contained in Article 26 of the Convention, including the adoption of a specific legal provision and/or the development of guidance for police officers and prosecutors on the scope of the non-punishment provision” (citação original). COMITÉ DAS PARTES, 2017, p. 2.

Conclusão

A tipificação legal que criminaliza o tráfico de pessoas, reduzida a escrito no art. 160º do CP, é o resultado de um longo caminho legislativo. Foram várias as alterações realizadas até obter o produto final que hoje conhecemos. Contudo, no nosso entender, trata-se de uma disposição inacabada uma vez que conseguimos identificar fatores a melhorar.

Como temos vindo a apontar, o combate à criminalidade informática, quer na forma de crimes informáticos em sentido estrito, quer na forma de crimes cometidos por meios informáticos, tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante no seio do Direito criminal. Assim, as instâncias nacionais e internacionais têm procurado direcionar os seus esforços no sentido da criação de legislação que tipifique tais crimes. Em Portugal, no que diz respeito aos crimes cometidos por meios informáticos, esta urgência já se manifestou na tipificação do crime de aliciamento de menores para fins sexuais como consta do art. 176º - A do CP, o que demonstra a preocupação do legislador face ao uso de tecnologias de informação e de comunicação, especialmente quando possa estar em causa a autodeterminação sexual de menores de 18 anos.

É do nosso entendimento que tamanha atenção deveria refletir-se igualmente no crime de tráfico de pessoas apesar deste ser distinto do crime de aliciamento de menores para fins sexuais por não ter como vítima exclusiva menores de 18 anos. Trata-se, porém, de um crime que pode afetar pessoas de todas as faixas etárias e nacionalidades e explorar quer homens quer mulheres. A vítima do crime de tráfico de pessoas irá ser ditada pela “lei da oferta e da procura”, podendo sofrer grandes alterações num curto período, como aliás verificámos anteriormente.

A inexistência de uma al. que preveja claramente o uso de ferramentas informáticas de informação que inclua as redes sociais e as plataformas *on-line* de procura e oferta de emprego enquanto meio típico do art. 160º n.º 1 do CP apresenta-se-nos como uma lacuna a colmatar, sob pena de dificultar o enquadramento de atos criminosos de recrutamento e aliciamento para fins de exploração que, em situações limite, poderão mesmo resultar na impunidade do agente.

No tocante à “situação de especial vulnerabilidade da vítima” prevista na al. d) do n.º 1 do art. 160º do CP, atendendo ao estudo realizado e considerando as dificuldades

práticas que fomos conhecendo e supracitámos, julgamos que o legislador poderia ter optado por um maior grau de determinação. Por se tratar de um conceito indeterminado e por desconhecermos que exista jurisprudência, até à data, que verse sobre essa matéria no contexto do crime de tráfico de pessoas, são várias as posições adotadas. Acrescentando a este facto a existência de múltiplas e diversas soluções apontadas por vários instrumentos jurídicos internacionais, daqui resulta uma inexatidão prejudicial à realização do Direito.

Assim, é da nossa interpretação que o legislador falhou na clarificação e determinação dos conceitos apresentados. Porém, face ao disposto no n.º 8 do art. 160º do CP respeitante ao consentimento da vítima no crime de tráfico de pessoas e ao seu papel não excludente da ilicitude do facto, o legislador tomou uma posição de maior proteção, de reforço da previsão do art. 38º do CP. Apesar de julgarmos existir uma clara redundância, aceitamos que o legislador a tenha desejado por se tratar de uma lesão inadmissível à luz dos bons costumes. Ainda assim, apreciáramos que os restantes tópicos abordados ao longo da dissertação tivessem sido alvo de semelhante cautela atendendo à sua relevância no contexto social atual.

Por fim, o princípio da não punição da vítima de tráfico de pessoas por crimes cometidos por causa dessa mesma condição surge como uma inovação recente, motivada pela legislação comunitária que ainda não deu lugar a transposição para o direito interno. Entendemos, nesta matéria, ser insuficiente o trabalho desenvolvido no sentido de proteger a vítima. Apesar de existirem diretrizes do MP e documentos não jurídicos como o SNRVTSH que promovem a não perseguição de vítimas que se encontrem nesta situação e da existência de mecanismos que permitam o arquivamento do inquérito em caso de dispensa de pena, a suspensão provisória do processo ou a verificação de estado de necessidade desculpante, gostaríamos que este aspeto fosse realçado de forma adequada no tipo legal que criminaliza o tráfico de pessoas como foi feito com o consentimento da vítima, por forma a tornar o princípio da não punição num fator inequívoco.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Américo Taipa de, “Artigo 160º (Tráfico de Pessoas)”, em *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Parte Especial, Tomo I, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2012.

CARVALHO, Américo Taipa de, “Direito Penal Parte Geral. Questões fundamentais. Teoria Geral do Crime”, 3ª Edição, Universidade Católica Editora, Porto, 2016.

CONSELHO DA EUROPA, “*Explanatory Report to the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings*”, Varsóvia, 2005, disponível em <https://rm.coe.int/16800d3812>, consult. em 06/01/2020.

CONSELHO DA EUROPA, “*Report submitted by the Portuguese authorities on measures taken to comply with Committee of the Parties Recommendation CP(2017)4 on the implementation of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings*”, 2018, disponível em <https://rm.coe.int/cp-2018-12-rr2-prt-en/168079256d>, consult. em 06/01/2020.

CUNHA, Conceição Ferreira da, “Os crimes contra as pessoas. Relatório sobre o programa, os conteúdos e os métodos de ensino da disciplina”, Universidade Católica Editora, Porto, 2017.

DIAS, Jorge de Figueiredo, “Direito Penal, Tomo I”, 2ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, World Migration Report, 2020, disponível em https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf, consult. em 06/01/2020.

GRETA, “*Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings by Portugal*”, 2013, disponível em <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680686b19>, consult. em 22/12/2019.

MATOS, Marlene & MAIA, Ângela, “Tráfico de pessoas e tramitação criminal”, em *Coleção estudos de género*, CIG, Lisboa, 2015.

MILHEIRO, Tiago Caiado, “A internet, o direito e a justiça: uma abordagem prática-judiciária”, em *Julgar on-line - 2014*, disponível em <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/Tiago-Milheiro-A-Internet-2014.pdf>, consult. em 24/01/2020.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, “Sistema de monitorização para o tráfico de seres humanos”, Direção-geral da Administração Interna, Lisboa 2009, disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2008.pdf, consult. em 22/12/2019.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, OTSH, “Tráfico de seres humanos. Relatório sobre 2016”, 2017, disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2016.pdf, consult. em 23/12/19.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, OTSH, “Tráfico de seres humanos. Relatório sobre 2017”, 2018, disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2017_2018.pdf, consult. em 23/12/19.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, OTSH, “Tráfico de seres humanos. Relatório sobre 2018”, 2019, disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2018_2019.pdf, consult. em 23/12/19.

[content/uploads/OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2018_corrigido_03AGO19.pdf](#), consult. em 23/12/19.

MP, “Tráfico de pessoas; acusação | Ministério Público na Comarca de Bragança”, em *Ministério Público Procuradoria Geral Distrital Porto*, 2019, disponível em <https://www.pgporto.pt/proc-web/news.jsf?newsItemId=1482>, consult. em 24/01/2020.

MP, “Diretrizes e princípios recomendados sobre direitos humanos e tráfico de pessoas”, 2002, disponível em <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/diretrizesprinc-dhtraficopessoas.pdf>, consult. em 22/12/2019.

OTSH, “Relatório Anual sobre Tráfico de Seres Humanos 2009”, Lisboa, 2010, disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2009.pdf, consult. em 22/12/2019.

OTSH, MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, “Relatório Anual sobre Tráfico de Seres Humanos 2010”, Lisboa, 2011, disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2010.pdf, consult. em 22/12/2019.

OTSH, MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, “Relatório sobre o Tráfico de Seres Humanos 2011”, Lisboa, 2012, disponível em https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2011.pdf, consult. em 23/12/2019.

PATTO, Pedro Vaz, “A delimitação entre os crimes de tráfico de pessoas, lenocínio agravado e escravidão – o artigo 160.º do código penal na redação dada pela lei n.º 60/2013, de 23 de agosto”, em *Estrangeiros e Direito Penal – Notas*, 1ª Edição,

Centro de Estudos Judiciários, 2018, disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb_Estr_DPenal2018.pdf.

RIBEIRO, Susana Almeida, “Os pioneiros da Internet em Portugal”, em *Público*, 30/out/2009, disponível em <https://www.publico.pt/2009/10/30/tecnologia/noticia/os-pioneiros-da-internet-em-portugal-1407629>, consult. em 04/02/2020.

RODRIGUES, Anabela Miranda, “A incriminação do Tráfico de Pessoas no contexto da política criminal contemporânea”, em *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Volume III, Coimbra Editora, 2010.

ROLÃO, Paulo, “O tráfico negreiro na história dos Descobrimentos”, *National Geographic Portugal*, (s.d.), disponível em <https://nationalgeographic.sapo.pt/historia/actualidade/1006-o-trafico-negreiro-na-historia-dos-descobrimentos>, consult. em 28/01/2020.

SANTOS, Boaventura Sousa *et al.*, “Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual”, da *Coleção estudos de género*, CIG, Lisboa, 2008.

SIMÕES, Euclides, “Tráfico de seres humanos: prevenção e repressão à luz do protocolo adicional à convenção de palermo”, *Julgar on-line*, 2009, disponível em <http://julgar.pt/trafico-de-seres-humanos/>, consult. em 24/01/2020.

SYKIOTOU, Athanassia P., “Trafficking in human beings: Internet Recruitment. Misuse of the Internet for the recruitment of victimns of trafficking in human beings.”, 1ª Edição, Conselho da Europa, 2007, disponível em https://ec.europa.eu/anti-trafficking/publications/trafficking-human-beings-internet-recruitment-misuse-internet-recruitment-victims_en, consult. em 29/01/2020.

TRAFGULD, Projeto Euro; Michaelle Cock; adaptação RAPVT, “Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos”, CIG, Lisboa, 2014.

UNODC, “*Global Report on Trafficking in Persons*”, Publicação da Organização das Nações Unidas, *New York*, 2018, disponível em https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2018/GLOTiP_2018_BOOK_web_small.pdf, consult. em 06/02/2020.

Jurisprudência

Acórdão do STJ de 12-06-2012, processo nº 525/11.2PBFAR.S1 disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/440d4f41e0079e1480257aa0004ca3b1?OpenDocument>, consult. em 10/02/2020.

Acórdão do TRP de 14-05-2014, processo nº6/08.1ZRPRT.P1 disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/9c14d0f919c5c8ce80257cec00309e79>, consult. em 05/02/2020.

Anexo I

Relatório da reunião com a Sra. Procuradora Filomena Rosado e com o Inspetor Mário Varela da Unidade Anti Tráfico de Pessoas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras¹

Dia 11 de novembro às 15h teve lugar uma reunião com os agentes supramencionados no Departamento Central de Investigação e Ação Penal, Lisboa. O relatório que se segue tem como objetivo agregar as ideias trocadas no decorrer da reunião, facilitando o recurso às mesmas e salvaguardando-as para memória futura.

Na chegada ao gabinete da Sra. Procuradora Filomena Rosado (**P**), a mesma começou por destacar o documento “Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos”, referindo-se a ele como uma ferramenta de trabalho importante, uma espécie de bíblia do tráfico de pessoas uma vez que contém indicadores que permitem uma célere e mais fácil identificação das vítimas do crime de tráfico de pessoas.

Com a chegada do Inspetor Mário Varela da Unidade Anti Tráfico de Pessoas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (**I**) mudámo-nos para uma sala mais ampla, começando a reunião propriamente dita em que se abordaram os aspetos mais práticos da perseguição do crime de tráfico de pessoas. Quando questionado acerca dos fatores que mais contribuem para a prática de tráfico de pessoas, **I** apontou a sazonalidade da agricultura como sendo um fator potenciador do tráfico de pessoas por haver escassez de mão-de-obra no mercado nacional. As nacionalidades nepalesa, romena e moldava foram apontadas como aquelas que têm mais vítimas em Portugal para fins de exploração laboral.

Tanto **P** como **I** lamentaram a grande dificuldade que existe em provar a prática do crime de tráfico de pessoas (o que não implica que não seja possível provar outros crimes) e salientaram a ideia de que não existe tráfico sem exploração.

No que diz respeito à cooperação internacional, foi unânime o elogio à cooperação feita no seio da União Europeia, alegando que a aproximação dos diferentes sistemas jurídicos por meio de diretivas comunitárias tem beneficiado diversas investigações e o

¹ Por motivo de fluência do texto, os participantes da reunião serão indicados ao longo do relatório por **P** e **I** quando os factos digam respeito a opiniões da Sra. Procuradora Filomena Rosado e do Inspetor Mário Varela respetivamente.

sistema judiciário na sua generalidade. Distintamente, foi apontada a falta de cooperação do continente Africano. Esta dificuldade, esclareceram, não traduz uma vontade de não colaborar, mas antes reflete um sistema de registo de cidadãos, os seus óbitos e nascimentos bastante arcaico que implica o cruzamento de dados em papel que, não raras vezes, nem sequer existem. Falou-se também da “porosidade das fronteiras africanas” e da contradição deste conceito: não se pode dizer que uma coisa que não existe é porosa. As fronteiras africanas, esclareceu **I**, resumem-se muitas vezes a um rio ou uma estrada, não existindo fronteiras físicas que impeçam um sujeito de atravessar países e, como tal, não é feito nenhum controlo de passagem de cidadãos.

Seguiram-se perguntas relativas ao tráfico de crianças e o tipo de exploração a que estas seriam sujeitas, tendo **I** começado por dizer que, por vezes, são os próprios pais que entregam os filhos para a exploração. **I** continuou a sua exposição afirmando que as crianças, em território nacional, não costumam ser traficadas para fins de exploração sexual ou laboral; “as crianças são exploradas pela sua própria existência”, isto é, elas são traficadas com o intuito de integrar um agregado familiar cujo montante de subsídios de apoio será ampliado por força do aumento dos membros que o compõe.

Um tema recorrente ao longo da conversa foi o testemunho da vítima e as dificuldades que o envolvem. Muitas vezes a vítima não aceita que o é ou não tem consciência de tal facto pois consideram que receber, por exemplo, 200€ em Portugal, é muito mais do que aquilo que receberiam no seu país de origem. **I** salientou a importância do contexto de cada um e, sobretudo, do contexto da vítima. Outras vezes, tendo consciência de que é vítima de um crime, sente vergonha e receia o futuro uma vez que tem na sua dependência familiares (pais, irmãos e/ou filhos) que se encontram no seu país de origem e que estão a contar com o seu contributo monetário para viver e sobreviver.

Outra questão abordada foi a prática de crimes pela vítima, nomeadamente quando tenham prestado falsas declarações. **P** informou que as recomendações que têm surgindo vão no sentido de não punir a vítima tendo em conta a sua especial vulnerabilidade. De facto, as vítimas encontram-se numa situação frágil na medida em que, por um lado, têm vontade de cooperar com os Órgãos de Polícia Criminal para que se faça justiça mas, por outro lado, frequentemente são pressionadas pelos empregadores que ameaçam fazer denúncia da situação ilegal em que a vítima se possa encontrar ou que ameaçam não entregar os salários que têm sido retidos. Neste sentido, **P** entende que a vítima poderá não ser um bom aliado na luta contra o tráfico de pessoas, atribuindo mais importância à prova objetiva do que à prova testemunhal.

Tratando-se de uma reunião com o intuito de aferir de que modo, na prática, a internet e as redes sociais influenciam a prática do crime de tráfico de pessoas, **P** e **I** foram questionados nesse sentido e foi consensual que esses fatores poderão influenciar no momento do recrutamento. Inquirida sobre técnicas de recrutamento através das redes sociais com as quais já se cruzou, **P** identificou dois *modus operandi*: a técnica do *loverboy* e o recrutamento por intermédio de outrem. A técnica do *loverboy* consiste na criação de um ambiente de romance com a vítima, estabelecendo com ela uma relação amorosa e, mais tarde, solicitando-lhe que esta pratique atos sexuais com um sujeito para ajudar o *loverboy* a ultrapassar uma situação económica difícil.

O recrutamento por intermédio de outrem é frequentemente feito em cadeia: o agente do crime de tráfico de pessoas recrutou e explorou uma vítima e, essa mesma vítima, assume posteriormente o papel de recrutadora, aliciando pessoas que conhece do seu país de origem. Para isso, é frequente entrar em contacto com a vítima através das suas redes sociais e alegar que está familiarizada com a sua situação financeira complicada, tendo um emprego disponível, por exemplo, numa loja de roupa; no entanto, quando a vítima se apresenta para trabalhar no que ela pensava ser uma loja, é, na verdade, forçada a trabalhar como prostituta.

Interpelados sobre quais as grandes dificuldades sentidas na perseguição do crime de tráfico de pessoas, **I** apontou a falta de recursos humanos como sendo o principal entrave. **P** entende que o sucesso se relaciona com o grau de especialização da equipa que o trabalha. Neste sentido, uma equipa como aquela a que **P** pertence, especializada no combate à criminalidade violenta, poderá trabalhar os casos com mais profundidade face à profundidade com que os Procuradores das comarcas o fariam por terem inúmeros casos pendentes e prazos a cumprir.

Por fim, **I** chamou à atenção para um assunto que considera importante: os dados que existem sobre o tráfico de pessoas poderão estar longe da realidade. Sucede que os diversos países partem de tipificações legais muito distintas daquilo que consideram ser tráfico de pessoas, muitos países não recolhem dados por não terem estruturas para o fazer e, finalmente, os países utilizam a escala longa ou a escala curta, resultando isso em diferentes conceções daquilo que é o “bilião” e, conseqüentemente, os dados poderão estar inquinados uma vez que as agências de dados não têm por hábito fazer as devidas conversões.

Anexo II

Relatório da reunião com Nuno Gradim, Técnico Jurista da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)

A reunião com Nuno Gradim decorreu nas instalações da Direção Norte da CIG (Porto) dia 13 de dezembro às 15h.

A CIG tem tido um papel ativo na divulgação e combate ao crime de tráfico de pessoas p. e p. pelo artigo 160º do Código Penal, nomeadamente através dos sucessivos Planos de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos que têm vindo a ser elaborados desde 2007, tendo inclusive assumido a posição de liderança na coordenação do IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, vigente de 2018 a 2021. Ademais, a CIG é ainda a entidade responsável pela edição do Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, ferramenta indispensável para qualquer profissional que trabalhe de perto com presumíveis vítimas de tráfico de pessoas. Por estes motivos, entendemos ser relevante reunir com um membro da CIG e procurar uma perspetiva do tráfico de pessoas mais direcionada para as vítimas e as preocupações associadas às mesmas.

Iniciou-se a reunião com a apresentação do Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos e dos elementos da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico. Destacou-se o papel dos Centros de Acolhimento e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos. Estas casas de abrigo encontram-se espalhadas por diferentes pontos do território nacional, havendo uma casa para crianças, duas para homens e duas para mulheres.

Quando questionado acerca do fenómeno do tráfico de pessoas em Portugal, Nuno Gradim esclareceu que os diferentes géneros usualmente refletem diferentes tipos de exploração. Assim, as vítimas do sexo masculino costumam ser traficadas para fins de exploração laboral. Em Portugal, estes casos sucedem mais frequentemente na zona alentejana associados à sazonalidade dos trabalhos agrícolas. Distintamente, as vítimas do sexo feminino são recorrentemente recrutadas e traficadas para fins de exploração sexual, sendo exploradas em diversos pontos do país.

No que concerne ao tráfico de pessoas para extração de órgãos, o interlocutor admite não ter conhecimento de nenhum caso em Portugal o que, de resto, vai ao encontro dos dados existentes.

Quando abordada a questão do recrutamento de vítimas através da Internet e redes sociais, Nuno Gradim confirma que esta é uma tendência em crescimento. São frequentes os casos em que as vítimas respondem a anúncios de trabalho para trabalhar como modelos e enviam fotografias suas, confiando cegamente em todo o glamour que o recrutador criou. Explica ainda que outro método muito utilizado é a técnica do *loverboy* em que o recrutador inicia uma relação com as vítimas elogiando-as e mostrando disponibilidade para uma amizade. Deste modo, consegue recolher informações sobre as vítimas e apurar quais as suas fragilidades, usando tais conhecimentos para as manipular. Procuram vítimas que demonstrem maior vulnerabilidade, pessoas solitárias ou revoltadas, facilmente iludidas e que passam a idolatrar o seu *loverboy*.

Outra forma de recrutamento, esclareceu Nuno Gradim, inclui um recrutador intermediário – alguém da mesma aldeia, um familiar ou simples conhecido. Uma vez que as vítimas conhecem minimamente a pessoa que lhes está a oferecer emprego, a proposta fica revestida de uma credibilidade acrescida. Frequentemente este papel de intermediário é ocupado por pessoas que também foram vítimas de tráfico de pessoas no passado, mas que viram nesta função uma oportunidade para adquirir mais liberdade de movimentos e poder, sonhando um dia reaver a sua autonomia.

O receio das forças policiais, a vergonha e o medo foram apontados por Nuno Gradim como os principais fatores que impedem as vítimas de denunciar a sua situação às autoridades. Muitas vezes as vítimas vêm de países conflituosos em que os órgãos policiais são vistos como inimigos da sociedade civil, daí que receiem que, pedindo ajuda às autoridades portuguesas, tenham de responder por ter entrado ou permanecido ilegalmente em território nacional.

Na reta final, Nuno Gradim alertou para a necessidade de sensibilizar as pessoas para as desigualdades sociais que, na sua ótica, são a origem do tráfico de pessoas. De facto, a situação de exploração é muitas vezes tolerada pelas vítimas do tráfico mesmo sabendo que estão a receber menos dinheiro pelo seu trabalho do que o legalmente imposto. No entanto, estes montantes baixos conseguem, em alguns casos, satisfazer as necessidades económicas dos familiares das vítimas nos países de origem, motivo pelo

qual as vítimas acabam por aceitar esta realidade. Trata-se, enfim, da exploração de vulnerabilidades, do aproveitamento de fragilidades.

A título de conclusão, abordámos as dificuldades de prova do crime de tráfico de pessoas. Nuno Gradim acredita haver um “positivismo jurisprudencial” profundo e que, no caso do tráfico de pessoas, poderá resultar na absolvição de muitos casos, deixando a justiça por realizar. Entende que se exigem documentos que não existem como, por exemplo, bilhetes de transporte que não existem porque o transporte foi realizado numa carrinha pessoal. Acrescenta ainda que é frequente exigir-se a consumação do crime, não obstante o mero aliciamento ou recrutamento com intenção de exploração já integrar o tipo legal. Por fim, subscreveu a tese de que existirão muito mais vítimas de tráfico de pessoas do que imaginamos, pois pelos vários motivos que foram abordados ao longo da reunião é possível antever elevadas cifras negras nesta matéria.